

**Helena Carreiras**

Ministra da Defesa Nacional

**Intervenção da Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, por ocasião da audição regimental em sede de Comissão da Defesa Nacional da Assembleia da República.**

Assembleia da República, Lisboa, 11 de outubro de 2022

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores deputados,

Permitam-me começar por saudar a iniciativa da Assembleia da República de celebrar o bicentenário da constituição de 1822, atualmente em curso. E permitam-me também cumprimentar o novo coordenador da bancada do Partido Social Democrata, o Deputado Jorge Paulo Oliveira. Faço votos de que os nossos debates contribuam para o desenvolvimento desta área de soberania.

Completados seis meses de governo, esta audição é um dever de prestação de contas e, naturalmente, uma oportunidade de detalhar o trabalho desenvolvido desde que **tomei posse à frente do Ministério da Defesa Nacional. Nessa altura, elenquei três prioridades que têm pautado e continuarão a pautar a nossa**

**ação:** 1) uma Defesa Nacional centrada nas pessoas; 2) Forças Armadas modernas e preparadas para os desafios do futuro; e 3) contribuir para a credibilidade de Portugal como produtor de segurança internacional.

Não será necessário detalhar as **alterações que o ambiente estratégico internacional** sofreu desde o início do ano. Aos impactos económicos, financeiros e políticos da pandemia da COVID-19 e da paulatina diluição de consensos políticos em muitos países europeus, somaram-se as implicações militares da guerra na Ucrânia e de um contexto global em crescente tensão.

Perante este contexto, **a ação do Ministério da Defesa Nacional tem-se concentrado em dois eixos complementares:** a atualização do planeamento estratégico, em linha com a nova realidade europeia e da Aliança Atlântica; e a implementação de

medidas com impacto de curto e médio prazo, ao nível operacional, da atratividade e retenção de capital humano e do desenvolvimento tecnológico e industrial. Ao longo da minha intervenção e nas respostas às vossas questões procurarei dar evidência do desenvolvimento destes dois eixos.

Começo por me referir à **revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional** – este que é o principal documento orientador da ação da Defesa Nacional e do planeamento da segurança e defesa de Portugal. Este processo foi iniciado com **a nomeação do Conselho de Revisão**, cujo mandato contempla a elaboração de uma proposta de Grandes Opções para o Conceito Estratégico, que deverá ser entregue ao Governo até janeiro de 2023 e que será trazida posteriormente a discussão e votação nesta Assembleia. Teremos um novo documento que pedi que fosse claro, legível e que reforçasse a articulação da Defesa Nacional

com as restantes estruturas de segurança do nosso país e dos nossos aliados e parceiros, tendo presente a recente aprovação de documentos estratégicos tanto ao nível da UE como da NATO. Convido todas e todos os deputados a participarem ativamente nos múltiplos eventos que terão lugar ao longo destes meses, sob iniciativa do Instituto da Defesa Nacional.

Outro processo estruturante da modernização das Forças Armadas e da sustentação das suas capacidades é a **revisão da Lei de Programação Militar**, que iniciei assim que tomei posse. Cientes da necessidade de concluir este processo com celeridade, temos conciliado este apertado calendário com a qualidade da Proposta de Lei que venha a ser apresentada, espero que em breve, à Assembleia da República.

Aproveito também para dar conta dos esforços em curso para **otimizar a execução da LPM em vigor**, com impactos imediatos. No âmbito da gestão flexível, estamos a proceder a **ajustes nas dotações orçamentais, entre capacidades e projetos**, que garantam a disponibilidade de verba necessária para outros projetos já em condições de execução e, por esta via, melhorar os níveis de concretização da LPM.

Exemplo disto é a otimização que está a ser efetuada com realocação de verbas para sustentação de aeronaves, no projeto dos EH-101 e desenvolvimento do programa estruturante KC-390. Posso referir também o exemplo da transferência de **verbas previstas para os NPO**, que permitem avançar na execução de outros projetos enquanto aguardamos decisão do Tribunal de Contas, como seja dar início ao projeto de modernização das Fragatas da Classe “Vasco da Gama” e à Revisão do NRP Tridente.

Relativamente ao **KC-390**, gostaria de partilhar convosco que a 19 de outubro serão inauguradas as instalações que irão receber esta frota, em Beja. Essa ocasião contará com a presença da primeira aeronave portuguesa, que se espera venha a ser entregue em março de 2023, após a instalação dos equipamentos NATO, que já decorrerá em Portugal.

Permitam-me dar destaque também, nesta ocasião, ao **contributo das Forças Armadas em operações de apoio civil**, nomeadamente no apoio ao combate aos incêndios rurais. Foram quase **3 mil missões**, com o empenhamento de mais de **10 mil militares** e cerca de **3 mil viaturas**. A isto acresce o trabalho da **Força Aérea no Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais**, que implica o comando e gestão centralizada dos meios aéreos de combate a incêndio, para além da disponibilização de meios do Sistema Nacional de Forças. À data estamos a falar de **1057 horas**

**de voo dos UAV, 344 horas de voo de helicópteros e 103 horas de voo de aeronaves de asa fixa.** No seu conjunto, estes elementos constituem um contributo assinalável da Defesa Nacional para respostas de emergência e crise.

Para a preparação de Forças Armadas profissionais, adaptáveis, tecnologicamente avançadas e especializadas, os recursos humanos são fundamentais. Por isso, destacaria o **relançamento do Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar**, com a constituição de uma Comissão Coordenadora, já a desenvolver o seu trabalho. Há ainda a assinalar a abertura dos primeiros concursos para o **Regime de Contrato Especial** no Exército. Permitam-me, a este respeito, dar nota de que, contrariamente à análise da imprensa, a abertura de vagas neste regime mereceu um acolhimento muito positivo junto dos e das militares e corresponde às primeiras necessidades identificadas



pelo Exército. Como explicámos desde o início, este Regime não resolve as dificuldades sentidas no recrutamento, sendo antes uma medida complementar que concorre com outras, incluindo, por exemplo, a criação de **Quadros Permanentes de Praças no Exército e na Força Aérea**, cujo projeto de diploma já está em processo legislativo.

Salientaria, ainda, no âmbito da modernização dos Recursos Humanos da Defesa, a revisão do **Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade** e o seu reforço, nomeadamente no eixo da implementação da Agenda Mulheres Paz e Segurança. Esta é uma linha transversal da Política de Defesa Nacional que continuaremos a promover.

Em matéria de **Recursos Humanos** será justo reconhecer o trabalho desenvolvido pelo Ministério, nomeadamente a

aprovação do decreto-lei referente às **promoções** nas Forças Armadas, autorizadas no início do meu mandato, e o trabalho em curso para que o decreto-lei das **admissões** possa, já no próximo ano, ser aprovado no início do ano civil e não no último trimestre, como tem acontecido até aqui.

Permitam-me ainda uma palavra relativa ao **Estatuto do Antigo Combatente**, que o Governo fez aprovar na Assembleia da República há dois anos, com amplo consenso. Foi um marco e tem vindo a fazer a diferença na vida de centenas de milhares de pessoas. Mas podemos fazer mais: **dei orientações** para que se melhore a comunicação, para que se operacionalize o Estatuto de forma plena em todo o território nacional e se alargue o seu âmbito, aprofundando os direitos existentes e adotando medidas na saúde e envelhecimento ativo dos antigos combatentes, entre outras.

No sentido de concretizar o compromisso de dignificar e apoiar os **Deficientes militares**, dei também orientações para que se simplificassem procedimentos administrativos e se criasse o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio a Deficientes Militares, reforçando o Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares.

Na parte final da minha intervenção gostaria de centrar-me nos elementos que **suportam a credibilidade de Portugal como aliado e parceiro de segurança internacional**, num momento da maior sensibilidade para a segurança na Europa e no mundo.

Em primeira linha, reiterar o nosso compromisso com uma **resposta firme face à guerra na Ucrânia**. Uma das primeiras decisões tomadas pelo Governo foi a de garantir o reforço

orçamental do Ministério da Defesa Nacional para a *Very High Readiness Joint Task Force* da NATO e a manutenção da companhia de atiradores na Roménia. As sucessivas entregas de equipamento devem também ser assinaladas, num esforço de coordenação transversal que nos tem exigido muito tempo e atenção. Anunciámos ainda a disponibilidade de Portugal para apoiar **a proposta de criação de uma missão de assistência militar de treino da União Europeia para o exército ucraniano** e continuaremos a responder às solicitações dos nossos parceiros e aliados.

No âmbito da **Cooperação no Domínio da Defesa**, merece referência a renovação dos **Programas-Quadro**, que aprofundam a cooperação em domínios como a Agenda Mulheres, Paz e Segurança, a segurança marítima, a ciberdefesa ou a resposta a crises. Já este ano **assinei os acordos referentes aos Programas-**

**quadro com Angola e São Tomé e Príncipe**, estando quase completo o processo de atualização destes novos instrumentos jurídicos nas relações com os países da CPLP.

Há ainda a referir as **sinergias criadas entre a Cooperação no Domínio da Defesa e o comando e/ou participação em missões internacionais**. O exemplo melhor conseguido é o de **Moçambique**, onde pela primeira vez o Ministério da Defesa Nacional atua como implementador dos fundos disponibilizados pelo **Mecanismo Europeu de Apoio à Paz**, enquanto as Forças Armadas lideram a Missão de Treino da UE em Moçambique. Mas valerá a pena assinalar também a capacidade nacional de atuar como **parceiro de implementação de assistência europeia aos Estados da CEDEAO**, no âmbito do programa **SWAIMS**, numa parceria entre o Instituto Camões e a Defesa Nacional. Este é um caminho que cada vez mais temos de saber potenciar.

Portugal continuará empenhado onde os nossos interesses internacionais o ditarem, orientado por um conjunto de prioridades vertidas na nova **Diretiva Ministerial para as Forças Nacionais Destacadas** que assinarei muito em breve. Gostaria, aliás, de sublinhar o facto inédito de Portugal ter o **comando de três missões militares da União Europeia** neste momento (em Moçambique, na República Centro Africana e a operação Atalanta). A esse respeito, é de referir que, uma vez mais, o **OE 2023 deverá assegurar todos os compromissos internacionais de Portugal, incluindo os que decorrem da projeção de Forças Nacionais Destacadas para o flanco leste da NATO.**

A nossa credibilidade internacional passa também pela nossa **capacidade de participar na economia de defesa à escala europeia e global.** É evidente um crescendo da participação

portuguesa nas chamadas para o **Fundo Europeu de Defesa**, não apenas no número global de candidaturas, mas também na diversidade de empresas que participam neste processo. Há a referir também a **criação das Academias da OGMA e da Arsenal do Alfeite**, que concorrem para o reforço da economia de defesa, para o emprego qualificado, para aumentar as exportações e apoio à inovação. Esta capacidade deve-se, em larga medida, ao **sucesso da reestruturação do setor empresarial do Estado na área da Defesa e do trabalho da nova idD** no apoio à nossa Base Tecnológica e Industrial de Defesa.

Estamos a trabalhar na quinta vaga de projetos PESCO e na segunda chamada para projetos do FED. Ao **assinalarmos cinco anos da PESCO**, gostaria de lançar o repto às senhoras e aos senhores deputados para que a Assembleia da República realize, **em conjunto com o Governo**, um evento sobre a participação de

## **Portugal na Cooperação Estruturada Permanente da União Europeia em matéria de Defesa.**

Permitam-me concluir com uma **referência à ciberdefesa**.

Embora esta matéria seja abordada em maior detalhe na audição que teremos já de seguida, penso ser relevante referir aqui o **exemplo da Ciberdefesa como uma área onde as três prioridades que elenquei no início do meu mandato se conjugam**. A segurança cibernética de qualquer organização e a sua capacidade de atuação dependem em primeira linha dos seus **recursos humanos**. Considero da maior importância continuar a aprofundar o trabalho em curso no âmbito do Comité de Monitorização da Ciberdefesa e a dinamizar os instrumentos formativos essenciais à qualificação dos nossos recursos humanos.



Em segundo lugar, ao nível da **capacidade tecnológica**, os investimentos no quadro da LPM têm permitido alcançar melhorias e planeamos reforçar essa linha de investimento em atualização permanente. Esperamos que possa ser aprovada em breve, em Conselho de Ministros, a **Estratégia Nacional de Ciberdefesa**. Por último, vamos continuar a aprofundar esse caminho com **parcerias nacionais e internacionais**, incluindo no âmbito da Política Europeia de Defesa, reforçando a nosso papel como aliado credível.

Permitam-me concluir dizendo que problemas todos os aliados enfrentam. Isso não define a nossa fiabilidade. O que a define é a nossa resiliência e capacidade de implementar soluções para esses problemas e, nesse ponto, asseguro-vos que todos os

Aliados reconhecem a Portugal uma exemplar capacidade de resposta.

Muito obrigada.